

INCLUSÃO SOCIAL E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA EM ARARUNA - PB

Martileide da Costa Henrique Maia¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as percepções e experiências dos professores da rede pública de Araruna - PB em relação aos desafios e às práticas pedagógicas adotadas para promover a inclusão social e a aprendizagem de alunos com deficiência no contexto escolar. Fundamentado em autores como Mantoan (2003), Vygotsky (1984) e Sassaki (1997), o trabalho discute a importância da inclusão educacional e os desafios enfrentados pelos docentes na construção de um ensino acessível e equitativo. A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de abordagem descritiva, utilizando entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Os participantes foram professores do ensino fundamental da rede pública municipal, cujas respostas foram analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam que, embora os docentes reconheçam a relevância da inclusão, muitos enfrentam dificuldades devido à falta de formação específica, à escassez de recursos didáticos adaptados e ao suporte limitado dentro das escolas. No entanto, estratégias como o uso de metodologias diferenciadas, a colaboração com profissionais especializados e o apoio da família são apontadas como fundamentais para a efetivação da inclusão. Conclui-se que a formação continuada dos professores e investimentos em infraestrutura são essenciais para superar os desafios da inclusão e garantir uma aprendizagem significativa para todos os alunos.

Palavras-chave: inclusão escolar, deficiência, práticas pedagógicas, ensino público, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea, exigindo mudanças estruturais, metodológicas e atitudinais no contexto escolar. No Brasil, a legislação educacional e os documentos oficiais, como a Constituição Federal

¹ Graduada do Curso de Ciências da Natureza da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, martyleide@gmail.com;



de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), asseguram o direito à educação para todos, destacando a necessidade de políticas inclusivas voltadas para alunos com deficiência. No entanto, apesar dos avanços normativos, a realidade cotidiana das escolas ainda revela dificuldades significativas para que a inclusão ocorra de forma plena e efetiva.

O município de Araruna - PB apresenta características próprias no que se refere à rede pública de ensino e às condições oferecidas para alunos com deficiência. A vivência dos professores nesse contexto é fundamental para compreender os avanços e os entraves da inclusão escolar, uma vez que esses profissionais são protagonistas no processo educativo.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar as percepções e experiências dos professores da rede pública de Araruna - PB quanto aos desafios enfrentados e às práticas pedagógicas adotadas para promover a inclusão social e a aprendizagem de alunos com deficiência. Para tanto, fundamenta-se em autores como Vygotsky (1984), que discute a importância das interações sociais no desenvolvimento, Sassaki (1997), que aborda os princípios da inclusão social, e Mantoan (2003), que reflete sobre a escola inclusiva.

Além disso, a pesquisa busca identificar os principais fatores que dificultam a implementação de práticas inclusivas, como a falta de formação específica, a escassez de recursos didáticos adaptados e o suporte institucional limitado. A partir da compreensão desses elementos, pretende-se contribuir para a reflexão sobre estratégias pedagógicas e políticas públicas capazes de fortalecer a inclusão e promover um ambiente escolar mais equitativo e acolhedor.

Por fim, o estudo utiliza uma abordagem qualitativa e descritiva, com entrevistas semiestruturadas aplicadas a professores do ensino fundamental da rede pública municipal de Araruna - PB. A análise das respostas por meio da técnica de análise de conteúdo permite não apenas mapear desafios e práticas existentes, mas também identificar possibilidades e caminhos para aprimorar a aprendizagem e a participação de alunos com deficiência, consolidando o papel central do professor como agente transformador do processo inclusivo.



O CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

A trajetória da inclusão educacional está profundamente vinculada às transformações sociais, culturais e políticas que marcaram diferentes épocas da história. Para compreender as práticas e concepções atuais acerca da inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar, é necessário retomar o percurso histórico que, por séculos, foi caracterizado pela exclusão, pelo preconceito e pela marginalização.

Segundo Aranha (2004), durante grande parte da história da humanidade, as pessoas com deficiência foram vistas como sujeitos à margem da sociedade, muitas vezes associadas à incapacidade, à improdutividade ou mesmo a crenças místicas. Em sociedades antigas, como na Grécia e em Roma, a deficiência era frequentemente interpretada como um sinal de imperfeição ou castigo, o que legitimava práticas de exclusão, abandono e até mesmo eliminação. Essa visão se manteve por muito tempo, sustentando uma concepção de que tais sujeitos não eram capazes de aprender ou de participar da vida em comunidade.

Com o passar dos séculos, a Idade Média trouxe novas formas de compreender a deficiência, muitas vezes sob uma ótica religiosa. Nesse período, a condição da pessoa com deficiência era interpretada como um destino divino ou como uma forma de penitência, o que gerou práticas de piedade, mas não necessariamente de inclusão. Aranha (2004) destaca que a caridade e a assistência foram as primeiras respostas sociais à deficiência, consolidando a ideia de segregação em instituições de caráter filantrópico, como asilos e abrigos. Embora representassem um avanço em relação ao abandono, essas instituições reforçavam a exclusão ao manter as pessoas com deficiência afastadas da convivência social e educacional.

Somente a partir da modernidade, especialmente nos séculos XVIII e XIX, surgem iniciativas voltadas para a educação de pessoas com deficiência, em especial de surdos e cegos. Nesse período, movimentos pedagógicos inovadores começaram a questionar a incapacidade atribuída a esses sujeitos, defendendo que poderiam desenvolver habilidades e aprender por meio de métodos diferenciados. Entretanto, a educação ainda



era marcada pela perspectiva de integração parcial e pela manutenção da segregação em instituições específicas.

Macedo et al. (2014) afirmam que a virada para uma concepção inclusiva mais ampla se dá apenas no século XX, quando as discussões sobre direitos humanos e igualdade de oportunidades ganham força no cenário internacional. Os autores ressaltam que a segunda metade do século XX foi marcada pela emergência de políticas públicas que buscaram superar a exclusão e garantir a todos os cidadãos o direito à educação. Nesse contexto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, posteriormente, a Declaração de Salamanca (1994) são documentos fundamentais para consolidar a ideia de inclusão como princípio norteador das práticas educacionais.

No Brasil, esse movimento ganha força a partir da Constituição Federal de 1988, que assegura o direito de todos à educação e estabelece a obrigatoriedade do Estado em garantir atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Macedo et al. (2014) destacam que, embora os avanços normativos tenham sido significativos, a implementação das políticas inclusivas ainda encontra entraves relacionados à formação de professores, à infraestrutura escolar e à persistência de preconceitos culturais.

Assim, tanto Aranha (2004) quanto Macedo et al. (2014) evidenciam que a história da inclusão educacional é marcada por avanços e retrocessos, passando de um cenário de exclusão e segregação para um processo gradual de reconhecimento da dignidade e dos direitos das pessoas com deficiência. Ainda que a legislação e os discursos pedagógicos atuais enfatizem a necessidade da inclusão, o desafio contemporâneo está em transformar tais princípios em práticas concretas, capazes de assegurar a aprendizagem significativa e a participação plena de todos os estudantes.

A discussão contemporânea sobre a inclusão escolar deve integrar a perspectiva histórica com os fundamentos teóricos da educação inclusiva. Vygotsky (1984) ressalta que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural, sendo a escola o espaço privilegiado para promover essa interação. Nesse sentido, a aplicação da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) evidencia que o aprendizado não é um processo isolado, mas mediado por professores e colegas, o que é especialmente relevante para alunos com deficiência. A mediação adequada permite que



cada estudante avance em seu potencial cognitivo, social e emocional, reforçando a ideia de que as limitações individuais podem ser superadas por meio de estratégias pedagógicas bem estruturadas.

Mantoan (2003) complementa essa visão, destacando que a inclusão escolar vai além da simples presença física do aluno em sala de aula regular. Ela exige uma transformação profunda da prática pedagógica e da cultura escolar, na qual as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas. Isso envolve repensar o currículo, adotar metodologias diversificadas, realizar avaliações flexíveis e criar um ambiente que respeite o ritmo e as necessidades de cada estudante. Para a autora, a inclusão é um processo contínuo, que depende tanto da formação docente quanto da organização institucional, para que todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem e participação.

Sassaki (1997) amplia ainda mais essa perspectiva, enfatizando que a inclusão deve ser entendida como um processo social integral, que ultrapassa os limites da escola e abrange todas as dimensões da vida em comunidade. Para o autor, a efetivação da inclusão requer a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, de modo que todos os indivíduos possam interagir plenamente e exercer seus direitos de cidadania. Sassaki destaca que a escola inclusiva deve ser um espaço de convivência democrática, no qual o respeito às diferenças e a valorização da diversidade constituam princípios fundamentais.

Além disso, o contexto histórico evidencia que a inclusão não é um conceito estático, mas uma prática em constante evolução. A compreensão de Aranha (2004), Macedo et al. (2014), Mantoan (2003), Vygotsky (1984) e Sasaki (1997) converge para a ideia de que políticas públicas, formação docente, recursos pedagógicos e atitudes culturais são elementos interdependentes na construção de escolas inclusivas. A efetivação da inclusão exige que cada uma dessas dimensões seja fortalecida, garantindo que as conquistas legais e teóricas se traduzam em experiências concretas de aprendizado para todos os estudantes.

Portanto, compreender a trajetória histórica da inclusão e integrá-la às contribuições teóricas contemporâneas permite uma análise mais crítica e fundamentada das práticas escolares. Essa perspectiva reforça que o processo inclusivo não é apenas um dever legal, mas um compromisso ético e pedagógico, que requer atenção contínua às



necessidades dos alunos, investimento em capacitação docente e transformação da cultura escolar para promover equidade, respeito e participação plena de todos os estudantes.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, uma vez que busca compreender, a partir das percepções dos professores, os desafios e as práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, que possibilitou a obtenção de informações detalhadas sobre as experiências docentes.

Os participantes da pesquisa foram professores do ensino fundamental I da rede pública de Araruna - PB, selecionados de acordo com sua experiência em turmas que incluíam alunos com deficiência. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a categorização das falas e a identificação de temas recorrentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas revelou percepções importantes sobre a inclusão escolar, evidenciando tanto avanços quanto desafios enfrentados pelos professores da rede pública de Araruna - PB. Os docentes demonstraram reconhecer a relevância da inclusão social e educacional, destacando que a presença de alunos com deficiência enriquece o ambiente escolar, promove a convivência com a diversidade e contribui para o desenvolvimento de valores como empatia, solidariedade e respeito às diferenças. Nesse sentido, a inclusão não é percebida apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade pedagógica de crescimento coletivo.

Contudo, muitos professores apontaram dificuldades significativas para efetivar práticas pedagógicas inclusivas, principalmente devido à falta de formação específica e à escassez de recursos didáticos adaptados. Entre os principais desafios relatados estão: a ausência de materiais pedagógicos acessíveis, como livros em braile, recursos tecnológicos e materiais manipuláveis; o número elevado de alunos por turma, que dificulta o acompanhamento individualizado; e a limitação do suporte oferecido pelas



escolas, incluindo a falta de profissionais especializados e de tempo destinado à elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas. Esses fatores, segundo os docentes, comprometem a personalização do ensino e podem gerar sentimentos de frustração tanto para alunos quanto para professores.

A pesquisa também revelou que a sobrecarga de trabalho é um aspecto que interfere diretamente na capacidade dos professores de implementar ações inclusivas. Muitos relataram que, além das responsabilidades de planejamento e avaliação, precisam lidar com demandas administrativas, reuniões pedagógicas e acompanhamento de alunos em diferentes níveis de aprendizagem. Esse cenário reforça o que Mittler (2003) destaca sobre a necessidade de condições adequadas de trabalho para que a inclusão seja efetiva, incluindo apoio institucional, recursos e tempo suficiente para a organização das atividades pedagógicas.

Apesar dos obstáculos, os professores descreveram estratégias que têm se mostrado eficazes para promover a inclusão e fortalecer a aprendizagem de alunos com deficiência. Entre essas estratégias, destacam-se: o uso de metodologias diferenciadas, que inclui atividades práticas, recursos visuais, jogos pedagógicos e tecnologias assistivas; a colaboração com profissionais especializados, como intérpretes de Libras, professores de apoio e terapeutas ocupacionais; e a parceria com a família, essencial para compreender as necessidades específicas de cada aluno e criar um ambiente de apoio contínuo. Essas práticas não apenas facilitam o acesso ao conhecimento, mas também promovem a participação ativa dos estudantes no contexto escolar, reforçando sua autoestima e autonomia.

Os discursos dos professores evidenciam, ainda, a importância de uma abordagem holística da inclusão, na qual aspectos pedagógicos, socioemocionais e institucionais são considerados de forma integrada. O acolhimento emocional e a atenção às relações interpessoais foram mencionados como fundamentais para o sucesso da aprendizagem. Muitos docentes destacaram que criar um ambiente seguro, respeitoso e estimulante contribui para reduzir barreiras atitudinais, incentivando a interação entre alunos com e sem deficiência e fortalecendo vínculos de amizade e cooperação.

Sob a perspectiva teórica, as contribuições de Vygotsky (1984) são evidentes na ênfase dos professores sobre mediação e interações sociais. Os docentes reconheceram



que a aprendizagem de alunos com deficiência depende de apoio individualizado e de estímulo por meio da interação com colegas e professores. Já Mantoan (2003) reforça que a inclusão escolar requer não apenas a inserção física do aluno na sala regular, mas a transformação das práticas pedagógicas e da cultura escolar, respeitando ritmos e estilos de aprendizagem. Sassaki (1997) complementa ao salientar que a inclusão deve abranger todas as dimensões da vida escolar, eliminando barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, promovendo participação plena e cidadania para todos.

A análise qualitativa evidencia que, mesmo diante de limitações estruturais, os professores de Araruna buscam soluções criativas e colaborativas para enfrentar os desafios da inclusão. A troca de experiências entre docentes, a adaptação de materiais e a elaboração de estratégias pedagógicas diferenciadas mostram o compromisso desses profissionais em oferecer um ensino equitativo. Esses resultados sugerem que a formação continuada, o suporte institucional e a integração com a comunidade escolar são elementos cruciais para consolidar práticas inclusivas de qualidade.

Em síntese, os resultados indicam que a inclusão escolar é percebida pelos professores como um processo dinâmico, que requer comprometimento, formação adequada, recursos diversificados e um ambiente acolhedor. As estratégias apontadas pelos docentes refletem não apenas o enfrentamento de dificuldades, mas também a construção de práticas pedagógicas inovadoras, capazes de promover a aprendizagem significativa e a participação plena de todos os alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inclusão escolar em Araruna - PB, embora reconhecida como um princípio essencial para a educação, ainda enfrenta obstáculos relacionados à formação docente, à infraestrutura das escolas e ao suporte pedagógico. Os professores compreendem a importância da inclusão e demonstram disposição em implementar práticas inclusivas, mas necessitam de maior apoio institucional.

Nesse sentido, a formação continuada é apontada como elemento indispensável para ampliar as competências dos docentes e favorecer o desenvolvimento de metodologias adequadas às necessidades dos alunos com deficiência. Além disso, investimentos em recursos didáticos, infraestrutura e profissionais especializados são



fundamentais para que a escola pública avance na consolidação de um ensino verdadeiramente inclusivo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão Social e Educação: o desafio da diferença na escola**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

MACEDO, Elza Margarida de Mendonça et al. **Educação inclusiva: história, políticas e práticas**. Curitiba: CRV, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

